

O PhD e a empada

CLÁUDIO TADEU DANIEL RIBEIRO

Com a mão na maçaneta, preparava-me para abrir a porta de meu laboratório, em um dos mais produtivos departamentos científicos do Instituto Oswaldo Cruz, quando fui atropelado pela pergunta:

— Vai de quibe fresquinho, Cláudio?

Voltei-me e conferi a impressão, constituída em décimos de segundos, de que a voz do vendedor ocasional de salgados na hora do almoço era mesmo a de um colega, PhD em patologia experimental, tentando aumentar seu magro orçamento.

Transtornado diante de tão desconcertante constatação, sento-me para escrever algumas linhas de análise desta triste situação. Decido torná-las públicas.

Perguntei certa vez a um colega visitante estrangeiro quais carreiras eram mais valorizadas e mais bem remuneradas em seu país. A resposta foi de uma lógica contundente: "A que estivermos precisando no momento: engenheiros mecânicos, enfermeiros ou carvoeiros." No Brasil, temos que decidir se precisamos ou não dos cientistas e tecnólogos. Se não precisamos é necessário que todos saibamos; se, ao contrário, pensamos que são necessários, temos que protegê-los.

É antiga a idéia de um plano de carreiras que protegesse a ciência e a tecnologia (C&T) no país através da formalização de ambiente institucional estimulante ao mérito e ao progresso acadêmicos. Uma ilustração do sucesso dessa estratégia é oferecida pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica (Inserm), instituições francesas dotadas de um corpo de cientistas distribuídos pelo país, avaliados periodicamente de acordo com critérios nacionais, e lotados em instituições (próprias, universitárias, hospitalares e outras) que albergam laboratórios credenciados, também avaliados regularmente. No Brasil, um modelo semelhante é adotado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com as chamadas "bolsas de produtividade em pesquisa" acessíveis a cientistas, de quaisquer instituições, que aceitam ter sua produtividade e seu desempenho acadêmico avaliados a cada dois anos. Esta estratégia, que adequadamente aprimorada poderia se constituir no ponto de partida do verdadeiro Plano de C&T no país, tende a minimizar os efeitos da postura de "autoflagelo", comum nas instituições de pesquisa — que consiste em adotar padrões de excelência e cobranças rigorosas de produção e desempenho, remun-

rando os pesquisadores, entretanto, com baixos salários.

É de fato razoável pensar que a carreira de pesquisador, com suas exigências intrínsecas de esforço, disciplina e dedicação, deveria ser apoiada em bases permanentes pelo Estado. Desta forma, um plano de carreiras em C&T, que ordenasse os salários em patamares dignos, em nível nacional, poderia estimular o processo de valorização da carreira e constituir possibilidade atraente para jovens talentosos no momento de escolha pelos que ingressam na universidade.

Sem dúvida, dentro desta ótica, a definição de um tal plano era urgente e podemos pensar que duas eram as alternativas para sua criação. A primeira delas, talvez mais natural no nosso entender, através da análise da vocação individual, criando-se um plano que se fundamentasse na definição de "quem faz o quê?", na natureza da atividade que o indivíduo exerce ("ele faz pesquisa ou tecnolo-

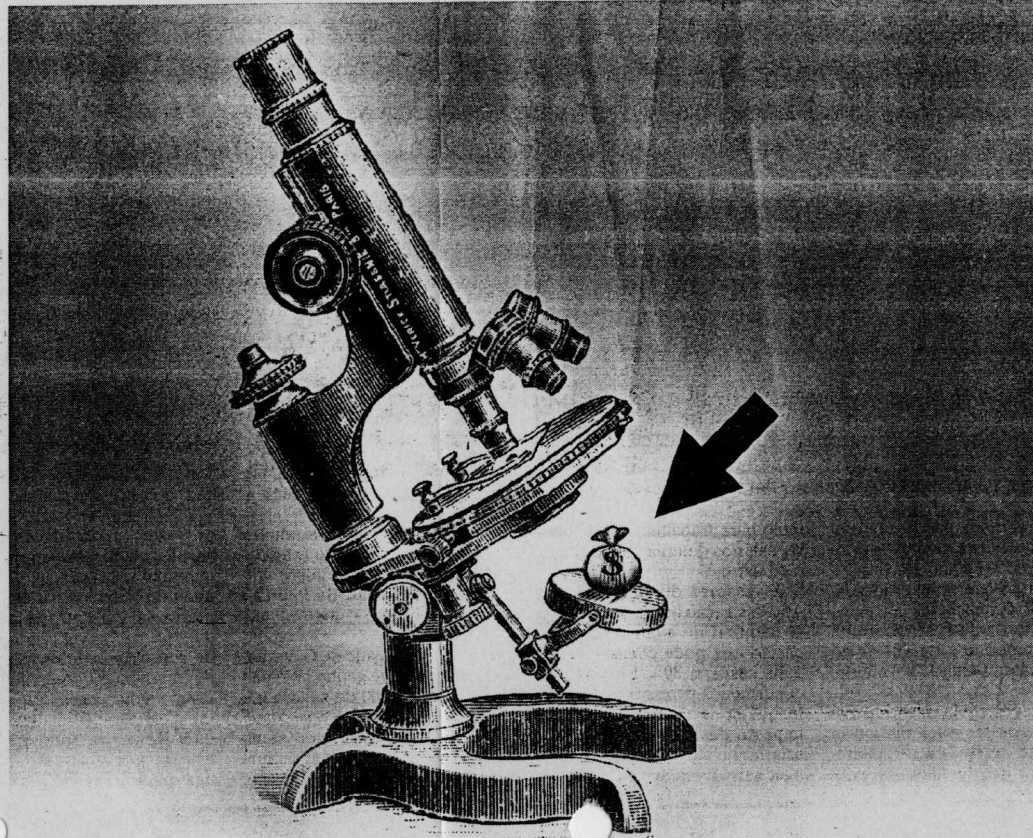
gia?") e na avaliação individual com base no desempenho e na produção científica ("ele faz isso bem?"). Uma segunda alternativa, recheada de um imbatível discurso de que "todas as atividades são necessárias para a pesquisa" e apoiada na consideração de que "a vocação e a atividade individuais são decorrentes do objetivo maior da instituição", confundiria carreira com lotação e enquadraria no plano todos os funcionários das "instituições de C&T". Esta foi a alternativa escolhida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. E assim, através de um poderoso lobby, que aliou diretores e sindicalistas em uma aliança profana, abençoada e costurada pelos setores mais corporativistas e clientelistas do funcionalismo público, garantiu-se a aprovação de um plano demagógico.

A burocracia do setor de C&T, diante da ameaça de sucateamento e do estigma de inoperância e incompetência que começava a pairar sobre a cabeça do fun-

cionalismo público, delineou a possibilidade de criar cargos sem identidade, específicos de algumas instituições (o que é um analista de C&T? Transformar motoristas e almoxarifes em "auxiliares ou assistentes de C&T" não obedece à mesma lógica que faria do copeiro da polícia um policial?) e mecanismos de "antiisonomia" (por que um contador — leia-se analista de C&T — do IBGE, por exemplo, passa a valer mais do que um dos Ministérios da Agricultura?). Quando aceitamos que um profissional passe a valer mais unicamente em função de sua lotação em uma instituição, não estamos na verdade constituindo um elemento importante de desorganização do Estado? Não estamos dando a ele um *passé-partout* e criando uma nova sorte de reserva de mercado? (Ninguém, que aí já não esteja, entra nas instituições do clube.)

Mas não há nenhuma dúvida que denunciar tal absurdo é expor-se automaticamente ao rótulo de elitista. Será? Tal-

Cláudio Duarte



vez então devamos — ao invés de enxergar na idéia de criação de um plano de C&T um mecanismo protetor de carreiras desassistidas cronicamente pelo Governo — lutar pela valorização do serviço público como um todo, com melhores salários para todos os funcionários e reconhecendo as várias especificidades aí existentes. Curiosamente, os que usualmente vociferavam, classificando de odiosos os privilégios, não fizeram nem uma coisa nem outra, mas viram no plano uma oportunidade de criar jurisprudência para sua extensão a muitos. Não parece tão coerente quanto a defesa de um projeto ecológico de preservação de baleias que incluísse também os elefantes, igualmente mamíferos, e não menos importantes? Assistimos, assim, ao nascimento de uma nova "visão de mundo" que considera que "elitista é aquilo ou aquele que privilegia os que estão acima de mim; justo é todo o privilégio que me inclui e corporativismo é a luta dos outros pelo privilégio". E o que é um plano que reivindica diferenciação salarial para as instituições de um "clube"?

Em vez de protegê-los, o plano, já apelidado de "mata-cientista" pelo jornalista Elio Gaspari, engessou os salários de 2.300 cientistas em uma bota excessivamente pesada para avançar com 28 mil funcionários na folha e o seu objetivo maior fracassou. Como resultado, ao invés de estímulo para as instituições envolvidas em C&T, com remuneração digna dos profissionais com atividades específicas e características desta área, assistimos ao sacrifício daqueles que efetivamente determinam o perfil da instituição e que acabaram menos remunerados do que seus colegas universitários. Evidentemente, precisamos de salários decentes para todos: almoxarifes e motoristas, contadores e cientistas; mas não é possível que pesquisadores e tecnólogos — bases para o discurso populista e pretextos para um plano demagógico — fiquem onde estavam... agora só mais pobres... brevemente menos numerosos.

Hoje o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare) finalmente aponta na direção da revisão do enquadramento dos funcionários do Plano de C&T e da correção dos abusos antes que sejam efetivados. Mas se o objetivo inicial do plano, de se criar carreira estável que se configure como alternativa atraente e digna, não for contemplado, só nos restará esperar o dia em que receitas de empadinhas farão parte dos currícula de pós-graduação.

CLÁUDIO TADEU DANIEL RIBEIRO é médico, doutor em biologia humana e pesquisador titular do Instituto Oswaldo Cruz.

CARTAS DOS LEITORES



O PhD e a empada

• O doutor Claudio T. D. Ribeiro, do Instituto Oswaldo Cruz, fez no GLOBO (9/12) uma análise crítica interessante (e real) da situação dos pesquisadores brasileiros. Vender empadas para auxiliar no parco orçamento é um sintoma grave de como a sociedade brasileira está desestruturada. Quantos anos são necessários, quanto esforço, quanto dinheiro, para formar um pesquisador sênior? E para formar um empadeiro? Pode uma sociedade inteligente dar-se ao luxo de despender enormemente para ter um pesquisador competente, que pense o Brasil e seus problemas, propondo soluções aos seus males, e subutilizá-lo (ou não utilizá-lo)? Para mim, brasileiro e pesquisador, isto é tão grave quanto o deputado Pedrinho Abrão cobrar propinas na Comissão do Orçamento, ou a perda de 1,5 bilhão de reais nas fraudes do INSS/SUS. É crime de lesa sociedade e, se nos calarmos, seremos todos coniventes. Nos países da antiga União Soviética o mesmo fenômeno está acontecendo. Milhares de pesquisadores brilhantes estão deixando o país por absoluta falta de perspectiva de continuar seus trabalhos e sobreviver (há diversos casos de suicídio). O custo social do genocídio científico é incalculável e, provavelmente, terá repercussões na estabilidade política da frágil democracia russa. O assunto do momento é a reeleição do presidente FH. Votei nele, tinha esperança, não mais agora. Cansou-me o discurso retórico do Governo, a atitude cambista dos políticos, o olhar pedinte de nossas crianças. Reeleição para quê?

CARLOS ALBERTO MANDARIM-DE-LACERDA
(9/12), Rio

Terça-feira, 24 de dezembro de 1996

Pesquisa

• O artigo de Claudio Tadeu Daniel Ribeiro "O PhD e a empada" (9/12) traduz, de forma pungente, o descaso das autoridades para com os nossos cientistas e pesquisadores. Os nossos governantes ainda não entenderam a grande importância da pesquisa científica para o desenvolvimento nacional. O desenvolvimento industrial de um país depende cada vez mais do desenvolvimento científico. É urgente reverter este sombrio quadro, dignificando a elite intelectual do país, dando aos professores, cientistas e pesquisadores melhores salários, sem que tenham de fazer "bicos" ou vender "quentinhas".

MÁRIO NEGREIROS DOS ANJOS
(12/12), Niterói, RJ